

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Barreiro
Rua Miguel Bombarda, nº 2
2834-005 BARRERO

S/ referência

Data

N/ referência

Data

S064472-201810-DCOM.DCA

Assunto: Consulta Pública do Projeto "Terminal do Barreiro" – AIA 3030.

Encontra-se a decorrer o processo de Licenciamento Único de Ambiente do projeto acima referido, sujeito ao procedimento de avaliação de impacte ambiental do qual faz parte o procedimento de Consulta Pública e a um pedido de Licença Ambiental.

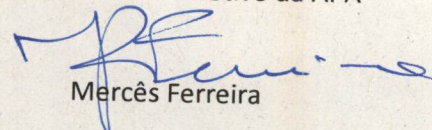
Tendo como objetivo garantir o acesso à informação e a participação pública, e sendo as Câmaras Municipais, simultaneamente, participantes do processo de Consulta Pública e dinamizadoras do envolvimento das populações locais, solicita-se o maior empenho na divulgação deste processo, nomeadamente por meio da afixação do anúncio em locais de maior afluência.

Mais se informa que durante o período de consulta pública, que decorre por um período de 30 dias úteis, de **26 de outubro a 7 de dezembro de 2018**, a documentação encontra-se disponível no Portal Participa (<http://participa.pt/>).

No âmbito do processo de Consulta Pública serão consideradas e apreciadas todas as opiniões e sugestões apresentadas por escrito, desde que relacionadas, especificamente, com o projeto em avaliação. Essas exposições deverão ser dirigidas ao Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, até à data do termo da Consulta Pública, podendo para o efeito ser usado o referido portal **participa.pt**

Com os melhores cumprimentos.

A Vogal do Conselho Diretivo da APA



Mercês Ferreira

RMC

Anexo: Anúncio.

Consulta pública

Projeto: Terminal do Barreiro

Promotor: APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.

Localização: Concelho de Barreiro (União das Freguesias do Lavradio e do Barreiro)

Licenciamento Único de Ambiente: Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio

Encontra-se a decorrer nesta agência o processo de licenciamento único de ambiente do projeto Terminal do Barreiro, sujeito a um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental conforme estabelecido no decreto-lei n.º 151-B, de 31 de outubro, na sua redação atual, e a um pedido de Licença Ambiental conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, na sua redação atual.

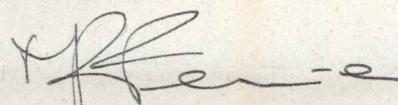
De forma a garantir o acesso à informação e a participação pública, a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto Autoridade Nacional para o Licenciamento Único de Ambiente (ANLUA), informa que os elementos constantes do pedido de licenciamento se encontram disponíveis para consulta, durante **30 dias úteis, de 26 de outubro a 7 de dezembro de 2018**, no portal Participa (<http://participa.pt/>).

No âmbito do processo de Consulta Pública serão consideradas e apreciadas todas as opiniões e sugestões apresentadas por escrito, desde que relacionadas, especificamente, com o projeto em avaliação. Essas exposições deverão ser dirigidas ao Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, até à data do termo da Consulta Pública, podendo para o efeito ser usado o referido portal **participa.pt**

Os interessados gozam da possibilidade de impugnação administrativa, através de reclamação ou recurso hierárquico facultativo, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, e contenciosamente, nos termos do Código de Processo dos Tribunais Administrativos, de qualquer decisão, ato ou omissão ao disposto nos decretos-leis n.º 151-B/2013 e n.º 127/2013.

Amadora, 22 de outubro de 2018

A Vogal do Conselho Diretivo da APA



Mercês Ferreira